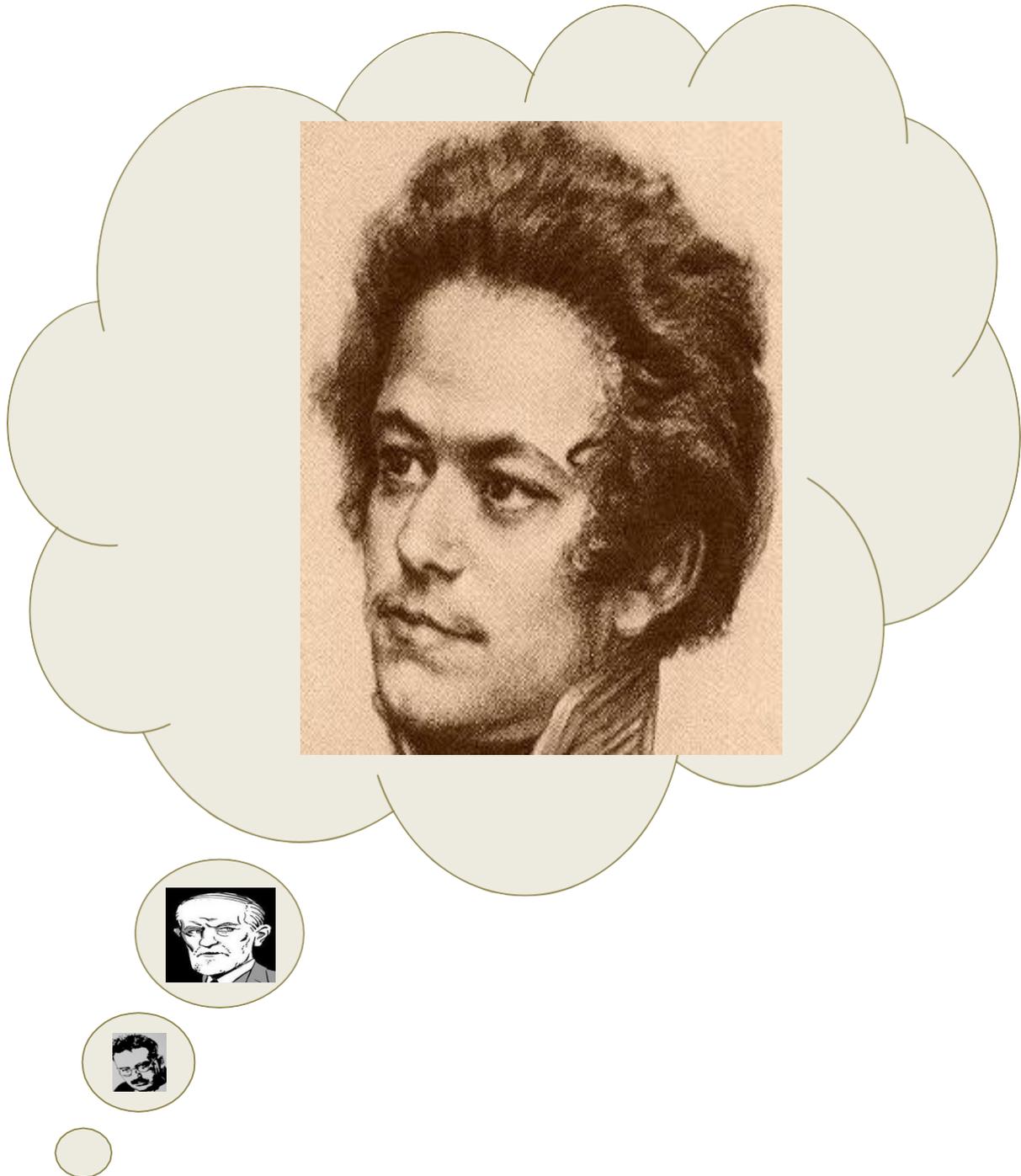




Revista Espaço Livre, Vol. 2, num. 04, Jul.-Dez./2006



Sumário

Da Inquietação à Melancolia – Risco de Vida ou a Introspecção de Walter Benjamin <i>Ivonaldo Leite</i>	03
Questões Sobre a Dialética <i>Nildo Viana</i>	06
Freud: Totem e Tabu <i>Jonas Fernandes Costa</i>	09
Resenha: Tóxicos e Comportamento Delituoso – Renato Posterli <i>José Nerivaldo Pimenta da Silva</i>	12

Expediente:

Revista Espaço Livre. Vol. 2, num. 04, Jul.-Dez./2006.

A Revista Espaço Livre é uma publicação do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de idéias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da idéia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@sementeira.net

Conselho Editorial: Edmilson Marques Lucas Maia dos Santos Nildo Viana	Conselho Consultivo: André Melo Cleiginaldo Pereira dos Santos Cleito Pereira Edmilson Borges Edmilson Marques Erisvaldo Souza Fernando Lima Neves Flávio Pereira Diniz Jean Isídio João Alberto da Costa Pinto Juversino de Jesus Júnior Leonardo Venicius Proto Parreira Lisandro Braga Lucas Maia Santos Maria Angélica Peixoto Nildo Viana Ovil Bueno Fernandes Veralúcia Pinheiro Uelinton Rodrigues Weder David de Freitas
--	---

Da Inquietação à Melancolia: Risco de Vida ou a Introspecção de Walter Benjamin

Ivonaldo Leite

Existe um quadro de Klee que se intitula *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar do local em que se mantém imóvel. Os seus olhos estão escancarados, a boca está aberta, as asas desfraldadas. Tal é o aspecto que necessariamente deve ter o anjo da história. O seu rosto está voltado para o passado. Ali onde para nós parece haver uma cadeia de acontecimentos, ele vê apenas uma única e só catástrofe, que não pára de amontoar ruínas sobre ruínas e as lança a seus pés. Ele quereria ficar, despertar os mortos e reunir os vencidos. Mas do Paraíso sopra uma tempestade que se apodera das suas asas, e é tão forte que o anjo não é capaz de voltar a fechá-las. Esta tempestade impele-o incessantemente para o futuro ao qual volta as costas, enquanto diante dele e até ao céu se acumulam ruínas. Esta tempestade é aquilo que nós chamamos progresso.

Walter Benjamin

Algures no lado espanhol da fronteira entre França e Espanha, num dia qualquer de 1940, um grupo de intelectuais alemães, fugindo da Gestapo, viu-se impedido de prosseguir o seu itinerário. No grupo, estava um homem de intelecto fecundo e inquieto, mas cuja face também estampava sinais de profunda melancolia. Ao ver-se impedido de seguir o seu percurso, ele não resistiu à tensão psicológica e lançou mão do ato que tanto pode ser considerado um absurdo como também, por outra parte, é passível de racionalização: o suicídio. Foi assim que Walter Benjamin pôs termo à sua própria vida e, ao mesmo tempo, com a sua atitude, mostrou quão inesperados são os abismos dessa coisa chamada condição humana.

Como bem nos diz Adorno, Benjamin era uma pessoa de personalidade enigmática, com uma conduta que oscilava entre a intransigência quase rígida e a polidez oriental. Uma maneira de ser que aparentava mais o temperamento vibrante de um artista do que a frieza do cientista, e ele todavia não rejeitava a racionalidade. Seu pensamento parecia nascer de um impulso de natureza artística que, transformado em teoria, liberta-se da aparência e anuncia a "promessa da felicidade". E entretanto, como relatou o seu amigo Gerschom Scholem, após o conhecer na Primavera de 1915, metia impressão a profunda sensação de melancolia de que ele parecia estar permanentemente possuído. Assim era Walter Benjamin. Não menos real para mim é a sua imagem de poeta e místico heresiarca. E ela perpassa toda a sua filosofia.

Benjamin nada tinha de filósofo no sentido tradicional. A subjetividade do seu pensamento era exagerada até a caricatura, o momento idiossincrático do seu espírito, o seu singular, era um recurso construtivo. Pode dizer-se que a frase segundo a qual o

conhecimento individual é o mais universal parece ter sido feita a pensar nele. Se não fosse o caso de as convenções terem oficializado a radical divergência entre a consciência social e a científico-natural, tornando impróprias as metáforas físicas nas ciências sociais, poder-se-ia afirmar que nele operava a energia de uma decomposição atômica intelectual. A sua insistência dissolvia e o indissolúvel, o que o levava a apoderar-se da essência das coisas precisamente nos pontos em que o muro da simples fatalidade esconde e defende raivosamente tudo o que é essencial. De forma sintética, penso que não se pode senão destacar que o que motivava Benjamin era, por exemplo, o impulso para romper com a lógica que aborda limitativamente o universal e o individual. O que o impulsionava era o inquieto desejo de compreender a essência sem a destilar com operações automáticas e sem a contemplar em duvidoso êxtase imediato: adivinhação metódica, partindo da configuração de elementos distantes da significatividade. É isto. A adivinhação. Ela era o seu modelo de filosofia. A sua terna irresistibilidade caminha a par de uma premeditada e planeada singularidade. Ela, a irresistibilidade, não reside no afã de produzir um efeito mágico, nem na "objetividade", no que se refere a uma simples submersão do sujeito em tais climas. Advém, sim, de um rasgo que a especialização e a divisão do espírito, de maneira geral, só permitem na arte e que, transformado em teoria, se liberta da aparência e assume uma incomparável dignidade. Não tenhamos dúvidas: aqui estamos diante da promessa da felicidade.

Dos escritos benjaminianos há o soar de um pensamento que recolhe as promessas dos contos infantis, em vez de as recusar por conta de uma presumivelmente depreciativa maturidade do adulto. Isto é assumido tão literalmente, que torna até perceptível o pleno cumprimento real do conhecimento. E desde o início a sua topografia filosófica diz-nos o que não assimila: a renúncia. Qualquer coisa que nos faz sentir como a criança que vislumbra, pelas frestas da porta, as luzes da árvore de Natal. Mas não estamos diante de um pensamento surgido do nada. Não. Ele é uma oferta a partir da plenitude. O que Benjamin deseja é devolver-nos a satisfação que a adaptação e a autoconservação nos impedem de ter, o prazer em que se articulam os sentidos e o espírito. Na avenida da tristeza, olhemos o seu barroco. Aí a tristeza é construída como última alegoria de transmutação, a alegoria da salvação. A subjetividade precipitada no labirinto das significações faz-se formal garantia do milagre. Porque foi isso que Benjamin sempre pensou simultaneamente: o ocaso do sujeito e a salvação do ser humano.

Um homem de ideação inquieta, com renovados esforços e pontos de partida. O nome das coisas e dos seres humanos é para ele o protótipo de toda a esperança. É o que a sua reflexão faz: procura reconstruir um tal nome. E o faz estiolando a máscara da "ideologia dos dados", encontrando por trás dela a face do conceito extraviado. Nessa démarche, também repeliu o conceito existencial-ontológico da história como mero produto de uma dialética histórica evaporada. Aproveitou a crítica e a compreensão do último Nietzsche, para o qual a verdade não é idêntica ao universal atemporal, apenas o histórico dando estrutura ao absoluto. Ficamos com a impressão que Benjamin, quase nunca jogando com cartas descobertas, também utilizou a técnica da pseudografia, tão

cara aos místicos para surpreender a verdade, suspeitando ser esta inacessível à mediação autônoma direta. Ele leva a cabo um ensaísmo que consiste em tratar textos profanos como se fossem sagrados. De algum modo, esperava que a radical profanização sem reservas fosse a última oportunidade para uma certa "herança teológica". Dissipou-se a chave que interpretava as imagens enigmáticas. Mesmo estas, como se diz no barroco poema sobre a melancolia, têm que pôr-se a falar. E por estes e outros caminhos, somos informados que o preço da esperança é a vida. Logo, é central no pensamento benjaminiano a idéia de salvação do que está morto ou quase morto. Paradoxo da possibilidade do impossível: reúnem-se assim mística e ilustração.

Um tal perfil desagradava igrejas intelectuais, e Benjamin se sentia atraído pela academia com a ironia análoga à de Kafka na sua atração pelas empresas de seguro. Para seu próprio desabono, o dito mundo acadêmico, envolto na pasmeira das convenções e nas intrigas que lhe são próprias, o rejeitou. Supertalento, foi uma divisa a ele endereçada, e um bonzo existencial atreveu-se a condená-lo por endemoninhado, como se o sofrimento daquele que é possuído pelo espírito tivesse de causar a sua metafísica condenação à morte apenas pelo fato de perturbar a simples relação tu-eu. Contudo, e talvez possa até parecer paradoxal, Benjamin evitava a violência com as palavras. Se despertava ódio era porque, sem querer, desprovido de qualquer intencionalidade polêmica, o seu olhar introspectivo, oscilando da inquietação à melancolia, mostrava sempre o mundo usual no eclipse que é a sua luz permanente.

Ivonaldo Leite

Professor-pesquisador na UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Questões sobre a Dialética

Nildo Viana

1) Como se dá a relação sujeito/objeto segundo os teóricos dialéticos contemporâneos?

A concepção de dialética varia de acordo com os autores. Hoje, as concepções predominantes são a leninista, de caráter positivista, e a marxista. Para a concepção leninista, que se inspira na obra *Dialética da Natureza*, de Engels, o sujeito reproduz na mente a realidade. Esta tese é conhecida como “teoria do reflexo”, pois considera o conhecimento como reflexo da realidade no pensamento, tal como Lênin expôs em seu livro *Materialismo e Empiriocriticismo*. Esta tese tem um caráter mecanicista e não responde à várias questões, entre as quais não consegue explicar as diferenças no pensamento humano. Lênin foi duramente criticado por se auto-intitular marxista e apresentar uma concepção não-marxista do conhecimento. As duas críticas mais fortes à Lênin do ponto de vista marxista foram as feitas por Karl Korsch, em seu livro *Marxismo e Filosofia*, e Anton Pannekoek, no livro *Lênin Filósofo*. O sociólogo polonês Adam Schaff, em *História e Verdade*, tentou “aperfeiçoar” a concepção leninista e resolver um de seus problemas, colocando que o pensamento é um “reflexo ativo” e não meramente passivo, tal como se pode pensar a partir da leitura do referido livro de Lênin. Já o sociólogo Lucien Goldmann irá criticar esta posição dizendo que é uma “solução bastarda”.

A posição marxista surge com Karl Marx. Ele irá se inspirar em Hegel para elaborar sua concepção de dialética. Para Marx, a dialética hegeliana era idealista e devido a isto ele busca superar a concepção hegeliana. A dialética, em Marx, é um método de análise da realidade. Este método tem como pressuposto uma teoria da consciência. Marx não partia da “teoria do conhecimento”, cujo nascimento se dá no século 18, com John Locke e sim da teoria hegeliana da consciência. A teoria do conhecimento parte de uma separação abstrata e falsa entre sujeito e objeto, tal como irá denunciar Lukács em *História e Consciência de Classe* e em *Tecnologia e Relações Sociais*, comentário ao livro sobre materialismo histórico de Bukhárin. Para Marx, a relação primordial não é entre as duas entidades metafísicas chamadas sujeito e objeto e sim a que existe entre ser e consciência. Segundo Marx, a consciência não é nada mais do que o ser consciente. Que ser é este? É um indivíduo histórico, concreto, um ser social e histórico, que carrega em si uma cultura, valores, idéias, tradições, interesses, posição social, etc. Por isso ele afirma, “não é a consciência que determina a vida, mas, ao contrário, é a vida que determina a consciência”. Assim, a teoria marxista da consciência remete ao ser social, e, nas sociedades de classes, ao ser-de-classe dos indivíduos. A consciência aqui não é considerada mero produto da atividade intelectual ou reflexo da realidade e sim uma manifestação histórica e social dos seres que a desenvolvem. A própria atividade intelectual é constituída socialmente e as diversas concepções da realidade são produtos da divisão social do trabalho, que produzem seres sociais/conscientes diferentes, com relações diferentes, valores diferentes, culturas diferentes. Em outras palavras, as diferentes visões da realidade são produto da diferente posição dos indivíduos na realidade social. Assim, na teoria marxista não existe relação entre sujeito e objeto, e as concepções que trabalham com esta separação são criticadas pelos pensadores marxistas.

2) Quais são os pontos básicos da dialética?

O ponto básico do método dialético é a reconstituição do real no pensamento através do processo de abstração. Marx afirma que um físico ou químico pode usar a experimentação, o microscópio, etc., mas aquele que quer estudar a sociedade não pode utilizar estes recursos e por isso ele usa “a faculdade de abstrair”. A abstração significa a busca de compreensão de um fenômeno, da totalidade, reconstituindo o seu processo de constituição, através da decomposição dele em suas partes constituintes, visando descobrir suas determinações, e, principalmente, sua determinação fundamental. Assim, Marx diz que todo pesquisador parte das representações cotidianas, do fenômeno como algo “dado” (ou, em outras palavras, do senso comum). A partir da abstração vai descobrindo as múltiplas determinações do fenômeno, e ao descobrir a determinação fundamental com as demais determinações, ele reconstitui o real no pensamento enquanto concreto-pensado, determinado, isto é, assim ele completa o processo de reconstituição do real no pensamento. Após o desenvolvimento da teoria, ao invés de se partir do fenômeno como um “dado” (a consciência espontânea) passa-se a ter como ponto de partida a teoria e conceitos existentes e desenvolvidas por outras pesquisas.

Esta é a concepção de Marx, que difere de outras concepções de dialética, inclusive do seu colaborador Engels. Para Engels, a dialética possui três leis: a unidade e luta dos contrários, a mudança quantitativa que provoca uma mudança qualitativa, e a negação da negação. Esta concepção é metafísica e uma reprodução da concepção de Hegel, possuindo caráter idealista, entrando em visível contradição com a tese de Marx segundo a qual não é a consciência que determina a vida e sim o contrário. A partir do conhecimento destas leis já se sabe de antemão o que ocorrerá no futuro (e é aí que se tem a origem da tese da inevitabilidade do comunismo) e se encontra contradição em tudo. Esta posição é de orientação positivista e nada tem a ver com a de Marx.

3) Cite um princípio da dialética aplicado à educação e comente-o.

Na verdade, a dialética marxista não produz princípios e os aplica à realidade (este procedimento é compatível com a concepção de Engels, Lênin, Stálin e outros, mas não com a concepção de Marx). No caso, o método dialético poderia ser aplicado ao estudo de um fenômeno específico tal como as políticas educacionais atuais. Para compreender este fenômeno teríamos que buscar reconstituir seu processo de constituição. As políticas educacionais são políticas do Estado, e, portanto, são políticas estatais. Assim, torna-se necessário entender o que é o Estado e quais são os mecanismos de elaboração de suas políticas. O Estado não é uma entidade neutra que expressa os interesses do “povo em geral”, apesar de fazer este discurso. O Estado representa os interesses da classe dominante, tal como colocou Marx. As políticas estatais são produzidas pelo governo e aprovadas no poder legislativo e existem um conjunto de interesses e pressões por detrás disto. O FMI e o Banco Mundial, por exemplo, exercem forte influência nas ações estatais e em suas políticas. Os empresários da educação também pressionam o governo e o poder legislativo, além de possuir representantes diretos nesta instância. As organizações dos professores (sindicatos) e os meios de comunicação, as linhas partidárias, etc., também busca influenciar tal elaboração. As políticas educacionais atuais são comandadas pelas forças políticas mais poderosas, no caso os organismos internacionais, os partidos no governo e seu projeto político, os empresários da educação e por isso assumem características neoliberais, beneficiando a expansão do ensino privado e avançando no sentido de diminuir os custos do governo com a educação, apontando para um processo de privatização do

ensino superior. Esta tendência ocorre a nível mundial e faz parte de todo o processo de transformação contemporânea no processo da acumulação capitalista que encontra dificuldade em reproduzir e para isso precisa intensificar o processo de exploração tanto a nível nacional quanto a nível internacional. A educação é atingida por este processo que tem como uma de suas estratégias diminuir os gastos estatais. Assim, as políticas educacionais devem ser compreendidas como estando ligado às atuais necessidades da classe dominante e de reprodução do capitalismo. Esta análise partiu de um concreto-dado, tal como aparece imediatamente à consciência, tal como visto pelo “senso comum”. Depois descobriu suas determinações (organismos internacionais, empresários da educação, entidades representativas de professores, etc.) até descobrir a determinação fundamental (necessidades atuais da classe dominante). Assim, reconstituímos o real no pensamento – como uma totalidade – a partir da descoberta das suas múltiplas determinações e se torna um concreto-pensado, determinado. Este breve resumo, obviamente, não dá conta da riqueza do método dialético, mas apenas exemplifica simplificadamente seu procedimento.

Nota:

As perguntas foram feitas por alunas do curso de Pedagogia/UEG, para realização de trabalho para a disciplina Metodologia.

Nildo Viana

Professor da UEG – Universidade Estadual de
Goiás; Doutor em Sociologia/UnB
Autor de “*Escritos Metodológicos de Marx*”
(Goiânia, Alternativa, 2007), entre outros livros.

Freud: Totem e Tabu

Jonas Fernandes Costa

Freud nasceu em Freiberg, porém foi um homem muito viajado, sua formação foi feita na Universidade de Viena onde se dedicou a medicina.

Sua obra foi muito vasta e rica e mudou toda uma visão das ciências humanas em geral, porém neste trabalho nos delimitaremos ao seu famoso “Totem e Tabu” (1), onde o criador da psicanálise trata, entre outros temas, da origem da moralidade da religião, além de nesta obra estar contida o famoso mito da horda primitiva.

Freud começa seu Totem e Tabu, fazendo uma análise sobre o incesto e se perguntando por que em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também tabus contra relações sexuais entre pessoas do mesmo totem? Dessa questão Freud começa a fazer uma relação entre o totemismo e a exogamia.

O autor em questão recorre a inúmeros exemplos da Antropologia e Etnografia, para comprovar que o totemismo e a exogamia caminham juntos. E mais tarde o criador da psicanálise tentará provar que ambos possuem a mesma origem.

Na primeira parte do livro o autor, baseado em exemplos etnográficos, levanta algumas questões que só responderá no fim da obra. A resposta de Freud para a questão: Como surgiram a moralidade e a religião? É até hoje vista como “louca” por alguns, porém não vejo dessa maneira. A conclusão do livro, em minha opinião, é de um brilhantismo que só um gênio como Freud seria capaz de fazê-lo. Poderíamos até dizer que seu imaginário voou longe, chegando aos tempos mais primitivos da humanidade, o que com certeza o método cartesiano jamais seria capaz de abarcar.

Freud, nesta obra enumera várias funções dos tabus assim como do totem, porém o que nos interessa é a viagem mítica que faz o criador da psicanálise.

Um dos principais objetivos de nosso autor é desvendar o inconsciente dos homens, em uma de suas passagens diz que “Um impulso inconsciente não precisa ter surgido no ponto em que faz seu aparecimento; pode surgir de uma outra região completamente diferente e haver aplicado originalmente a outras pessoas e conexões completamente diferentes; pode ter atingido o local em que chama nossa atenção através do mecanismo do deslocamento. Além disso, devido a indestrutibilidade e insusceptibilidade á correção que constituem atributos dos processos inconsciente, pode ter sobrevivido desde épocas bem anteriores, nas quais era apropriado, até épocas e circunstâncias posteriores, mas nas quais suas manifestações estão destinadas a parecer estranhas” (2). Eis ai uma grande pista que Freud deu, de quão polêmica seria sua conclusão.

Também se debruça Freud, na obra referida, ao animismo, magia e a onipotência de pensamentos. O animismo é a doutrina de almas ou de seres espirituais, porém não é ainda uma religião, mas contém os fundamentos sobre os quais as religiões posteriormente foram criadas; a magia entra nesta discussão como algo que despreza os espíritos e faz uso de procedimentos especiais e não dos métodos psicológicos do dia a dia.

O sentimento de onipotência de pensamentos cujos homens primitivos acreditavam e pautavam suas vidas (devido ser em grande parte sexualizado), apenas existe na Civilização no campo da arte.

Depois dessa breve pincelada, podemos voltar ao tema que mais nos intrigou, pela viagem mítica que foi feita.

Freud relata um tempo muito antigo onde os homens viviam em pequenos grupos. O pai, o mais forte de um determinado grupo, tinha através da força, o monopólio das mulheres, e quando os filhos atingiam certa idade eram expulsos do clã pelo pai.

Certo dia, os irmãos que haviam sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando um fim a horda patriarcal. Pelo ato de devorá-lo realizaram a identificação com o pai, cada um adquirindo parte de sua força. Depois de matá-lo os filhos ficaram com um imenso sentimento de culpa, pois ao mesmo tempo em que odiavam o pai eles o admiravam.

As refeições totêmicas, que segundo Freud é o mais antigo festival da humanidade, seria uma repetição e comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas como, por exemplo, a organização social, as restrições morais e a religião. “O pai morto tornou-se mais forte do que fora vivo” (3).

Percebemos que, as duas interdições ditas totêmicas (não matar o totem, não ter relações sexuais com um parceiro que pertença ao mesmo totem) correspondem as interdições do Édipo. Freud tentou dar-lhe um fundamento histórico ou pré-histórico, imaginou um mito, no qual decorreu uma nova organização social fundada na culpa.

Acreditamos não haver razão por que atacar ou defender Freud no plano dos conhecimentos positivos. É a transgressão original – mítica ou não – a imagem indutora de culpa do pai morto – aquele homem dos ratos – que as construções de Totem e Tabu tentam estabelecer.

Agora pretendemos fazer uma análise, até certo ponto, metodológica e epistemológica sobre a obra referida.

A concepção clássica de ciência que o iluminismo trouxe, propunha a ruptura com os mitos e a implantação do racionalismo e do experimentalismo como instrumentos essenciais para se produzir o conhecimento científico, talvez Bacon e Descartes sejam os maiores expoentes dessa premissa.

Segundo Girardet, o estudo puramente lógico-racional não é capaz de captar todos os determinantes de um objeto mitológico (4). Os mitos são objetos altamente imprecisos e ambivalentes, então como utilizar nesses casos o método, por exemplo, cartesiano de enumerações e divisões? Certamente tal análise não seria capaz se abranger todos os pontos difusos e incoerentes que possui o mito.

Nesse sentido, Freud em seu Totem e Tabu fez um verdadeiro “delírio mitológico”. Apesar de toda coerência lógica que essa obra possui, Freud viajou pelos limites do imaginário, captando determinantes que o raciocínio puramente lógico racional não seria capaz de fazê-lo. E para finalizar utilizarei uma citação do próprio pai da psicanálise:

“Eu mesmo custo a acreditar, ter como Schliemann, desenterrado uma outra Tróia, que se

supunha mítica” (5).

Notas:

1 – FREUD, S. *Totem e Tabu*. São Paulo, Imago, 1974.

2 – FREUD, S. ob. cit., p. 87.

3 – FREUD, S. ob. cit., p. 165.

4 – GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Schwarz, 1987.

5 – MANNONI, O. *Freud: Uma Biografia Ilustrada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p. 5.

Jonas Fernandes Costa

Graduado em Ciências Sociais/UFG

Mestre em Sociologia/UFG.

RESENHA:

Tóxicos e Comportamento Delituoso – Renato Posterli

José Nerivaldo Pimenta da Silva

*Aliquid silentio melius loquere, aut tace **

O professor Renato Posterli é um conhecido estudioso da medicina legal em Goiás. Seu trabalho *Tóxicos e Comportamento Delituoso* provavelmente é um índice de sua obra.

A leitura dessa brochura é uma experiência no mínimo interessante. Observe-se primeiro que os 17 capítulos que a constituem se apresentam em franca dissonância com o atraente título geral. Apesar do foco comportamental do título, esse “opúsculo” é apenas um catálogo dos diversos tipos de tóxicos que podem ser utilizados de maneira abusiva. Ao adentrar a obra, o leitor depara-se com capítulos nomeados “alcalóides”, “glossário referente aos alcalóides”, “morfina”, “heroína”, mas nada sobre o comportamento delituoso.

Já no primeiro capítulo, com pomposo título “controle de compra e venda dos produtos”, o leitor, se estudante de direito e não de medicina e se motivado, pelo título do trabalho em tela, procura encontrar uma análise do fenômeno da crescente normalização da compra e venda de drogas nas farmácias e drogarias, encontra apenas a simples constatação de que esse ; a— o que qualquer cidadão pode perceber —fenômeno existe transcrição do Ofício n. 293/93 da Superintendência de Vigilância Sanitária dirigida aos estabelecimentos que comercializam drogas; a definição técnica de elementos como o ácido muriático e a constatação de que o aviso fixado nas farmácias a respeito do controle da compra e venda dos produtos químicos já citados resulta do controle sanitário legal do abuso de tóxicos.

Como qualquer estudante “picado – Somos forçados pela mosca da criticidade”, ou seja, imunizado frente à bajulação a perguntar para que empregar tamanho “engenho” para dizer o óbvio,—alienada isto é, dedicar um capítulo de um livro para, num pleonasma, informar transcrevendo, o já informado no aviso: “Por determinação da divisão de repressão a entorpecentes do Departamento de Polícia Federal estamos obrigados a fazer o controle de compra e venda dos produtos: acetona, ácido muriático, permanganato de potássio e Sal Glauber”.

É claro que o autor está plenamente resguardado, considerando sua condição de médico e não de sociólogo ou jurista, de desobrigar-se de analisar o fenômeno. Bem mais ainda de abster-se de qualquer consideração quando transcreve suas transparências ou material didático de apoio às suas aulas no curso de medicina para uma publicação. A utilidade da informação para o médico criminal e para o jurista é de importância inquestionável. Cabe questionar apenas o caráter de *merchandising* de que o título da obra se reveste com a conseqüente decepção de quem espera uma obra analítica e não apenas de referência terminológica. Cabe também dizer que o senso comum não precisa de desculpas por ser comum, afinal a acetona é acetona e o ácido muriático é ácido muriático e tais informações podem ser encontradas em qualquer publicação de taxonomia médica.

As afirmações do parágrafo anterior, talvez pareçam temerárias, entretanto, são sugeridas pela leitura do livro. Os capítulos que se seguem ao “glossário referente aos alcalóides” melhor comporiam com o conjunto da obra, um “glossário de termos de

toxicologia”, título que seria mais apropriado e que, talvez, produzisse o esforço de organizar os termos apresentados numa estrutura de glossário mais apropriada a um dicionário ou catálogo.

Como obra informativa, esse trabalho do Professor Posterli guarda seu interesse por reunir termos e definições úteis ao jurista e à medicina legal. Mesmo assim são dispensáveis, senão descabidos, adjetivos como o que encontramos no último parágrafo do capítulo 5º : “Nesse importantíssimo (sic!) capítulo mostramos e demonstramos (...)”. Quanto ao importantíssimo basta a máxima latina: “aliquis non debet esse iudex in propria causa, quia non potest esse iudex et pars”. Essa condição de dispensável se aplica aos poucos, senão raríssimos comentários analíticos do autor. Do mesmo modo, supérfluas, a repetição de definições, transcritas, como a de dor, que aparecem nas páginas 38 e 137.

Para que não falte justiça, é forçoso aqui ater-se ao capítulo 16 “tóxicos e criminalidade” onde o autor se esforça para ultrapassar seu trabalho copilação/transcrição/catalogação dos quinze capítulos anteriores. Esforço dispensável e inócuo, como se demonstrará aqui ao considerar-se o resultado.

O referido capítulo se inicia estimulante:

“Toxicomania é grave problema médico-social e não de importância apenas médica. Isso porque não interessa tão-somente ao médico generalista, ao médico psiquiatra, e sim, pluridimensionalmente, também ao psicólogo, sociólogo, político, delegado de polícia, padre, preceptor espiritual, orientador educacional, professor, diretor de escola, Polícia Federal, ao promotor, juiz, legislador, criminólogo. Daí, dentro desse aspecto interdisciplinar, seus reflexos no campo da criminalidade. (...)”.(p. 147).

Mas como o Professor Posterli desenvolve essa “pluridimensionalidade” e a “interdisciplinaridade”? Primeiro ao tratar da descriminalização das drogas, citando a proposta de Gary Becker, o autor trata o tema com a superficialidade que ele mesmo ilustra ao citar “brocados” para reforçar seus profundos argumentos de senso comum:

“(...) basta lembrar que muitas vezes, é a maconha porta de entrada para outras drogas, por ser mais fácil de se conseguir, a começar pelo preço, pelo fato de ser de casa, diferente, por exemplo, da cocaína.” (p. 149)

“Por isso mesmo, é conhecida como “ópio do pobre”, para não dizer, e já dizendo, “droga de pé de chinelo”. É o suficiente para iniciar-se, e bem, um futuro sombrio com risco de degradação da personalidade, para dissolver o superego ou a consciência moral, bem como não dizer, até atitudes suicidas.” (idem, destaques no original).

É forçoso destacar que a afirmação de senso comum da primeira parte não recebe do autor nenhuma fundamentação, ou seja, não se apresentam informações, dados, resultados de pesquisa, nada que a confirme cientificamente. Aliás, essa é a prática para todo o texto já que não encontramos praticamente nenhuma referência bibliográfica que sustentem as afirmações do autor.

Quanto ao parágrafo seguinte, temos um exemplo de suicídio de uma adolescente em São Paulo. Em conformidade com tudo o mais, não se apresenta a referência bibliográfica, nem laudo médico, nem nenhuma informação que possa colocar o leitor para além do “eu acho” que resulta naturalmente da tentativa de querer provar qualquer assertiva de um único caso. Não há ciência do particular!

Mas, ainda mais grave do que tudo o já descrito, temos a prática do autor de considerar as definições etimológicas dos termos como fundamentos de seu sentido ontológico, além de querer fazer parecer um que seu pretendido conhecimento se funda em profunda erudição:

“E por falar em criminalidade e etimologia persa, para sentirmos o peso da coisa (sic!), é bom citar que a palavra persa ‘hashish’ (haxixe) nasceu da expressão ‘hashishim’, origem da palavra ‘assassino’, denotando assim os efeitos tão violentos de tal tóxico” (p. 150).

Para finalizar coroando todo esse exercício de impostura, observe-se o gosto pelos adjetivos fortes, pela retórica preconceituosa e despreocupada com o distanciamento metodológico que impõe um objeto científico a quem queira conhecê-lo mais que rotulá-lo:

“Quanto à personalidade do traficante, caracteriza-se ela por ser personalidade sociopática fria de ânimo, perversa, desalmada, anética, amoral. É, pois, destituída de sentimentos superiores, de sentimentos nobres, como a dó, remorso, amor ao próximo, a compaixão, vergonha, honestidade” (p. 152 grifos no original).

Não há mais nada para dizer a respeito desse trecho, senão retórica vazia e apelo sentimentalóide às emoções. Mas ainda não satisfeito, o autor, repete e torna ainda mais incisivo o parágrafo na página 157:

“Por isso mesmo, quanto a esses monstruosos traficantes, a Justiça há de ser implacável com eles, que são sociopatas frios de ânimo, perversos, desalmados, insensíveis e incessíveis”.

Talvez, como consolo, se o leitor se ver forçado por algum motivo a leitura de tão informativa e útil obra, poderia interessar-se pelas informações a respeito das biografias de Timothy Leary (capítulo 10: “LSD”) e Fernando Pessoa ou saber que Santo Agostinho nasceu na Numídia (p.55), mas essas informações se encontram mais bem tratadas alhures. Infelizmente a universidade tem sido tudo, menos aquilo que seu nome enuncia.

Nota:

* *Fala alguma coisa que valha mais que o silêncio, ou cala. Provérbio latino.*

Referência Bibliográfica

POSTERLI, Renato. *Tóxicos e Comportamento Delituoso*. Belo Horizonte, Del Rey, 1997, 184 pp.

José Nerivaldo Pimenta
Graduado em Ciências Sociais/UFG
Mestre em Filosofia Política/UFG
Acadêmico de Direito/Universo.